ANO II — Lisboa—Quinta-feira, 16 de Maio de 1918 — N.º 367

A Monarquia

Diario Integralista da Tarde

ENDEREÇO TELEGRAFICO: — «MONARQUIA»—LISBOA

Director
Conde de Monsaraz
Redactor principal
Antonio Sardinha
Propriedade da Sociedade Integralista Editora, Limitada
Escritorios e tipografia
R. de S. Paulo, 20
Impressão — Rua da Fraternidade, 134
Editor — João A. Santos
Telefone: C. 1035

Secretarios de Estado

Ontem baixaram da presidencia da Republica, em folhas volantes do *Diario do Governo*, dois decretos, em cuja diferente tecnologia burocratica os espiritos legalistas presentiram uma nova ameaça do mais alto poder, perdão, do mais alto magistrado...

No decreto que exonera os nove cidadãos que teem estado á frente dos negocios publicos, dá-se-lhes o nome vulgar e corrente de ministros, vocabulo contra o qual deveria ter protestado, logo em 5 de outubro, o orgulho jacobino, pois que ministro o mesmo é que servidor e em boa e pura democracia todos são soberanos e não existem escravos.

Pelo diploma da mesma data e momento, os doze apostolos com que o senhor presidente Sidonio Paes se propõe regenerar a Nação em face do mundo, são designados pela simples expressão de *secretarios de Estado*, audacia que faz reverter de colera sagrada o sangue generoso dos *bons republicanos* e monarquicos liberalistas e tremer até aos alicerces a coluna do Rocio e os pedestais dos herois das *campanhas da Liberdade*.

Numa palavra, mais uma facada na Constituição e uma afronta nova aos imortais principios...

A esta hora, quantas cabeleiras se eriçam, quantos punhos se erguem para os lados onde habita o *Tirano*!

Bem certo é que o publico gosta das ficções e em geral por amor delas se malbarata o melhor esforço de inteligencia e acção.

Parece que por este suplemento ao *Diario do Governo* se modifica num sentido levemente anti-parlamentarista a organica politica e contra a inovação que a tropologia liberalenga chama atentado, já se levantam clamores de ameaça e vingança.

Toda a gente parece esquecer que nos paizes latinos nunca houve constituições que não nascessem violadas ou não o fossem logo depois de aparecidas á luz do dia.

As chamadas garantias foram sempre um vasto fugar-comum com que se illudiu a ingenuidade do povo soberano e com que ainda agora se alimenta a mecanica parlamentar.

Parece que está preocupando muito a opinião dos jornalistas a direcção nova das funções do presidente eleito.

Assustam-se sobretudo os profissionais da politica, os oradores das ocasiões solenes, Acacio que era noutros tempos a voz do bom senso, ainda agora pretende apurmar o velho tronco, quando já não pode esperar que se iluminem de gozo ao reflexo da sua calva, os olhos amorosos de D. Felicidade.

Para nós, essa discussão nem chega a ter o valor duma hipotese.

Sabido que estamos e continuaremos em republica, nada temos nós, monarquicos integralistas, com a forma por que ela organisa os seus poderes, devendo apenas ter em vista em cada solução o interesse nacional que é a unica determinante fixa da nossa attitude.

Que nos importa a nós que os pais da Patria ralhem ou não ralhem com os senhores secretarios de Estado, no seio da representação nacional?

Que novidade pode oferecer o espectaculo desacreditado das discussões hilariantes ou rubras, se ninguem pode provar-nos que de todas elas alguma coisa resultasse de proveitoso para o interesse publico?

Diante do presidencialismo ou do parlamentarismo, o nosso combate é sempre o mesmo pela defesa de principios que condenam um e outro.

Ambos se nos mostram falsificações do legitimo poder: o presidencialismo porque desvirtua um principio politicamente bom, o da função governativa do Rei; o parlamentarismo, como sistema falso e viciado pelo pecado da origem, visto que, consagrando o exercicio do mandato em nome da vontade da Nação, ele vive á custa de uma coisa que não existe.

Decerto que, em absoluto, é mil vezes preferivel uma ditadura, mesmo pouco inteligente, á mais gloriosa das sessões legislativas, sabido que os partidos da maioria exercem uma ditadura permanente, com o gravissimo defeito de ser irresponsavel.

Vai o senhor presidente inaugurar um periodo politico de poder pessoal? Pode ser que alguma vez tenhamos que aplaudir a sua acção, mas nunca poderemos certamente verificar nela as condições de independencia, de continuidade, de perfeita intenção nacional que caracterizam a função do Rei.

Ainda quando, por milagre nunca visto, o novo presidente incarnasse nos seus intuitos e na sua acção, a melhor utilidade colectiva, ele seria, como não pode deixar de ser, a solução momentania do problema politico, porque lhe faltaria, acima de tudo, a grande virtude da hereditariedade.

Na solução presidencialista, á luz dos nossos principios, apenas temos que ver a falsificação dos dois sistemas mais regulares de governo—a monarquia e a republica.

E se nós andamos a combater a monarquia republicana que durante oitenta anos desacreditou o poder vial, manda-nos a logica do dever denunciar o equivoco que o presidencialismo traduz, apresentando-se como uma republica monarquica.

Não temos, por isso, que manifestar preferencias doutrinarias na contenda brava que para aí se anuncia, pois que á situação falta a base do direito historico que é o fundamento verdadeiro das monarquias.

Tratando-se em qualquer caso de situações de facto, e para mais em tempo de guerra, sempre nos apraz dizer que preferimos a espada de um major ás sentenças de Pacheco.

Hipolito Raposo.

Uma carta

O sr. Homem Christo Filho afasta-se do partido monarquico

Do sr. Homem Cristo Filho, recebemos a seguinte carta:

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Ayres de Ornellas.—Meu Ex.mo Amigo:—Venho depor nas suas mãos o mandato de Delegado no estrangeiro do Partido Monarquico Portuguez com que V. Ex.ª, na sua qualidade de representante d'El-Rei, me honrou.

Peço-lhe mais que, a partir desta data, me considere desligado de toda e qualquer obrigação partidaria.

Amigo diretor d'*A Restauração* e d'*A Ideia Nacional*, tendo desempenhado dentro do Partido Monarquico missões de alta responsabilidade e de alta confiança, eu devo a El-Rei, a V. Ex.ª e á opinião monarquica uma explicação sobre a attitude que hoje tomo.

Essa attitude é determinada pela minha incompatibilidade absoluta, pelo meu desacordo total com certas personalidades e certas correntes de opinião monarquicas que V. Ex.ª não pode reduzir nem dominar sem destruir, ao mesmo tempo, a unidade do Partido.

Não desejando levantar-lhe difuldades de qualquer natureza na ingrata missão que com tanto patriotismo, dedicação e tacto V. Ex.ª desempenha e não querendo tambem por forma alguma tornar-me cumplice, pelo meu silencio, de attitudes que, tanto em politica interna como em politica externa, reprovo formalmente e que, dia a dia se vão desenhando com maior nitidez, só me resta um recurso legitimo: separar-me do Partido Monarquico, recuperando assim a minha independencia e resalvando a minha responsabilidade.

Deixo o Partido depois duma vitoria, num momento em que ele gosa de todas as liberdades e quando os seus membros não correm risco nem sofrem perseguição de qualquer especie.

Fui beber para a cadeia e para o exilio depois das derrotas e toda a gente me viu na primeira fila dos combatentes, arriscando a vida, arruinando a saude e sofrendo resignadamente mil privações, quando se tratava de lutar pela causa da Patria que só pode subsistir desde que haja ordem nas ruas e nos espiritos, desde que as liberdades publicas e os direitos da Egreja Catolica estejam plenamente assegurados.

Hoje, que a admiravel coregem moral e fisica do sr. Sidonio Paes, a sua alta capacidade politica e o seu generoso patriotismo realisaram essa obra essencial, cessaram de existir as razões que fundamentalmente determinavam a minha combatividade.

Receio que paixões partidarias, ambições senis ou adolescentes e estupidos preconceitos sectarios levem alguns que até aqui servimos a causa da Ordem, fautores conscientes ou inconscientes da Desordem.

Receio que se esqueça o "Interesse Nacional".

Esse mando, em politica interna, que se esteja hoje, incondicionalmente, ao lado do governo, dando-lhe um apoio efectivo, eficaz, que não é compativel com as exigencias e ameaças de toda a sorte, que a cada momento vejo formuladas em jornaes monarquicos: em politica externa que se dê á causa dos aliados, o qual está absolutamente ligado o futuro de Portugal e com cuja victoria moral e material que exigem as gravissimas circunstancias presentes é que o país mais elementar patriotismo impõe.

A instauração da Republica tendo adiado 14 fóra os motivos que eu tenho para não ser republicano, creio que tenho aqui exposto claramente quais são os que ficam e dizer-lhe e dizer ao país, com toda a lealdade, embora o mais discretamente possivel, as razões "verdadeiras" da minha desorientação e abalo.

Estas são as unicas razões, são as que ficam expostas.

Continuarei, na medida das minhas faculdades e das minhas forças, a lutar sem descanso pela causa da religião catolica que livremente abracei aos vinte anos, e pela causa da Patria que tenho a consciencia de haver servido até hoje, com coragem e abnegação.

E seja qual for o caminho que o dever me imponha, estou certo de que nunca terei que combater o Rei generoso e patriota que no seu triste exilio de Twickenham pede a Deus pela vitoria das armas portuguesas e aliadas, nem o nobre e glorioso soldado que se chama Aires de Ornelas, de quem fui, sou e serei sempre o mais inutil mas tambem o mais dedicado e leal amigo.

Lisboa, 15 de maio de 1918.

Homem Cristo Filho

Não faremos comentarios. O Integralismo Lusitano, alheio pela propria letra do seu estatuto á organização, disciplina e acção politica do Partido Monarquico, só em casos excepcionalissimos de luta coopéra com ele na campanha partidaria. Nada tem, portanto, que ver com os monarquicos que saíam ou que entrem no seio da referida agremiação. Por esse motivo e sem querer apreciar as razões que determinam o procedimento do Senhor Homem Cristo Filho, limitamo-nos apenas a inserir a sua carta.

Os democraticos, sidonistas?

Na nossa secção—*Notas da Arcada*, foi publicada ante-ontem esta noticia curiosa:

«Vai aparecer brevemente um novo jornal diario, que será o orgão do partido democratico, visto que a maioria dos democraticos não está de acordo com a orientação politica do jornal o *Mundo*.

Sabemos que já se estão organisando capitais para a montagem dessa empresa jornalistica.»

Rezava assim, textualmente, a nossa nota da Arcada, de terça-feira ultima.

Ora se o *Mundo* é Armando de Azevedo, Quim, Bernardino, Afonso Costa e Companhia, se o *Mundo* é democratico puro, *comme il faut*, os democraticos que não concordam com a folha de S. Roque, é porque são... sidonistas...

NOVIDADE LITERARIA

"Ana Maria,,

Peça em um acto

por

HIPOLITO RAPOSO

A' venda em todas as livrarias

Preço--300 réis

Livros e publicações

Previnem-se os srs. auctores e editores de que neste jornal só será feita a critica literaria ás obras de que sejam enviados **dois exemplares** á sua redacção

Comentarios

O fantasma da «carta»

Num intimo movimento de regosijo por havermos acertado vamos hoje reproduzir uns periodos nossos publicados neste jornal sobre o momentoso problema do *Parlamentarismo e Anti-parlamentarismo*:

Terminando uma alocução no banquete integralista de 9 de Março, falavamos assim:

Ou muito me enganarei pela primeira vez em cálculos politicos, ou a ideia integralista, não no seu superior aspecto de conjuncto mas nas suas resoluções precisas e perifericas vai dentro em breve ter um começo de realização pratica, mesmo dentro da republica.

Passados dois mêses, no dia 11 de maio, escrevíamos em artigo de fundo, referindo-nos á pessoa e á obra do Senhor Presidente Sidonio Pais na politica portuguêsa. Nada acrescentamos ás palavras escritas:

...Esta obra regenerativa, tal como ele a concebe não irá mais longe do que a sua existencia politica, ficará como a existencia politica de todos os chefes revolucionarios. Falta-lhe a tradição, falta-lhe a continuidade, falta-lhe, atraz dos seus 45 anos de vida fisica, 5 seculos de vida dinastica. Não ha forma de os suprir.

Mas o que fica da sua obra, o que nós fica, a nós integralistas que amanhã havemos de resgatar, governando os pecados da Patria, é uma transformação completa dos nossos habitos politicos, um como que espirito novo em governantes e governados, cimentando no odio consciente ao sistema constitucional parlamentarista e no consciente respeito pela suprema autoridade do Chefe Supremo.

O presidencialismo terá como missão em Portugal aniquilar o Parlamento; nunca poderá substitui-lo, por sair enfraquecidissimo da luta e lhe faltarem aquelas linhas de prestigio que só o privilegio dos sistemas politicos perfeitos. Poder pessoal com origem efectiva nem é monarquia, nem é republica. Terá um dia a sorte inevitavel de todos os governos de excepção: desterro. Mas, quando isto aconteça, já o Parlamentarismo não existirá na vida portuguêsa; as classes saberão o verdadeiro valor da representação profissional, já a confiança absoluta do povo na mais alta magistratura do Estado, não será para nós dirigentes da opinião publica futura, uma simples aspiração intelectual.

E, no dia seguinte, concluiamos assim.

Quando um dia, mais tarde, desfeitos os equivocos e acalmadas as paixões, a Patria houver regressado novamente, depois dum seculo de desvairos, ao curso eterno da sua vida tradicional, quando as classes com as suas corporações de artes e oficios, os Municipios e as provincias tiverem assento em Cortes e representarem como dantes, a El-Rei, sobre os negocios do Paiz, então, mas só então poderá apreciar-se lucidamente a transformação mental que se está operando agora, merce dum Homem que sabe ser chefe na sociedade portuguêsa. Libertos da demagogia e, ao mesmo tempo livertos das clientelas partidarias e das facções, teremos de concluir, em frente dos factos, que a nobre propaganda durou menos de 20 ou vinte anos do que esperavamos com este brusco salto para cima do grafico dos nossos estudos politicos.

A resposta não se fez esperar muito por parte da imprensa constitucional: No seu numero de hoje, o *Diario Nacional*, apezar das ideias claramente anti-parlamentaristas do seu ilustre director, refere-se assim aos primeiros passos do *anti-parlamentarismo* nascente, pela pena talentosa, mas incorrigivelmente talassa, do sr. dr. Anibal Soares.

Não se tem posto praticamente no governo das nações da Europa, até hoje, o problema do parlamentarismo desde que no primeiro quartel do seculo XIX se instituiram os regimens constitucionais representativos. Decerto se tem escrito contra o parlamentarismo, discutindo-se muito os seus defeitos, e imputando-se tambem ao sistema culpas que são muitas vezes dos homens, erros que frequentemente teem resultado de uma imperfeita acomodação das doutrinas ás condições peculiares de cada país. *Porém, o facto é que não se tem pensado, na velha Europa, em traduzir na lei essas especulações doutrinarias*, e que o parlamentarismo se tem feito, até agora, entre o principio monarquico e o principio republicano.

E logo mais adeante:

E assim o chefe de 5 de dezembro, para salvar o vocabulo, arranja-nos de facto e por sua alvedrio, *um regimen muito mais distante da Republica, do que este é do regimen monarquico constitucional!*

Depois do que fica escrito (os sublinhados são nossos) conclue-se, logicamente da seguinte maneira:

Mas no momento em que, com uma sem-cerimonia só possivel nestes regimens de democracia, se altera fundamentalmente o sistema politico até aqui vigente, quer em Monarquia quer em Republica nós precisavamos de declarar que ligamos a estes episodios a importancia que lhes é devida, mas que a importancia dum regimen inviavel apenas a importancia que elles merecem, e que para nós o problema politico nacional continua sendo hoje o que era ontem: um debate entre a Republica —quer *nova* quer *velha*, a Republica «tout court»—e as tradicionaes instituições monarquicas portuguêsas.

Ora aqui está. Chama-se a isto falar franco.

De muita coisa nos temos arrependido na vida; só duma coisa nunca nos arrependeremos:—de ter razão.

Deus perdoará

Vão ser reatadas, segundo consta, as relações diplomaticas com o Vaticano.

Na verdade mal parecia que sendo a Egreja Catolica um estado, mesmo depois de abolido o poder temporal do Papa, um estado internacionalmente reconhecido em todo o mundo, não tivesse o nosso País, o velho Portugal christão, o seu representante oficial junto da Curia.

Já não quero falar no Padroado do Oriente, esse vastissimo imperio espiritual, reliquia sagrada do antigo imperio economico e politico dos portuguezes. A inepcia e o sectarismo malvados do Governo Provisorio deste regimen provisorio conseguiram alienar-lo da nossa esfera de acção.

Esse já lá vae. Outras influencias se exerceram nestes oito anos de queda para o abismo; nos territorios inglezes e franceses da India a benção aos fieis deixou de ser lançada em nome do Bispo de Gôa, Patriarca do Oriente. Estes poderes espirituaes, quando se perdem são mais difceis de rehaver do que os firmados na ponta das lanças.

Adeus! Mas quando essa razão capital do nosso Padroado Asiatico já não colha, outras existem, e sem duvida primaciaes, que exigem deste governo de Disciplina e Ordem, uma nova concordata com a Santa Sé, elaborada quanto antes para garantia dos catolicos e tranquilidade de consciencia da Nação. E' indispensavel e é urgentissimo fazê-la. A religião da Patria foi no passado um dos maximos factores da sua prosperidade e da sua gloria. Não se compreende que haja ministros portugueses acreditados na Romenia e na Belgica, onde a nossa colonia é, sem duvida diminuta, sendo egualmente diminutas as colonias desses paizes em Portugal, e que perto de 6 milhões de christãos, filhos desta terra, não tenham voz propria em Roma junto do chefe supremo da Christandade.

A benção de Deus recairá sobre os portuguezes que souberem resgatar esse crime sacrilego dalguns degenerados, penitenciando a Nação do seu mais grave pecado colectivo: tê-lo consentido e tolerado em oito anos de fraqueza sem nome e transigencias sem perdão.

C. de M.

Uma adesão valiosa

Compensa-nos de tanta injustiça sofrida a adesão que hoje enobrece os anaes do nosso movimento. Trata-se duma figura prestigiosa, com singular relevo na sociedade portuense. E' a do senhor Antonio Jorge de Almeida Coutinho e Lemos Ferreira, engenheiro ilustre, que tem ligado como director o seu nome respeitavel ao *Banco Popular Portuguêz*.

Ao senhor Antonio Jorge de Almeida Coutinho devia já o resurgimento nacional esse notabilissimo estudo que é *O Ideal Portuguez*, Breviario das aspirações vitaes da nossa Patria, o seu autor condensou aí as verdades fundamentaes que dirigem e animam a nossa campanha. Espirito duplamente formado por uma solida educação scientifica e por um profundo pensamento contra-revolucionario, o senhor Lemos Ferreira tira hoje as conclusões do seu livro, dando-nos um grande exemplo com a sua entrada no *Integralismo*. Católico militante, encarrega-se de mostrar que tem bem vivos no coração os ensinamentos do grande Papa Pio X. E' bom recorda-los numa hora em que um chamado *partido-catolico* trái a essencia intima da doutrinação christã, atirando-se levianamente para os caminhos tortuosos do oportunismo politico.

Mas bem mais do que nós fala a propria convicção do senhor Lemos Ferreira. Constitue uma vigorosa afirmação integralista a carta que nos dirige, para honra nossa e da causa que defendemos.

E' como segue, na energia serena da sua exposição, no corte diamantino da sua logica certeira e pronta. Escutemo-lo, que o mesmo é que escutar a um mestre. E' assim que se exprime o senhor Lemos Ferreira, possuidor de hu muito da admiração incondicional de quantos trabalham nesta casa:

"Senhor dr. Antonio Sardinha de minha maior consideração e apreço:

Dietado-me um extremo motivo, que me obrigue a dirigir-me a V. , o felicita-lo pela fórma superior, inteligente e cheia de brilho, como d'acordo com os seus primorosos colaboradores, vem orientando a «A Monarquia», o magestoso diario integralista.

E Strenuo defensor do Integralismo Lusitano, organisação eminentemente nacional, ele representa o estudo consciente e scientifico da «Nação Portuguêsa» na sua origem, raça, vocação, genio e finalidade historica. A' luz do seu corpo de doutrina é demonstrada que só na estructura monarquica, anti-parlamentar e tradicional póde restaurar Portugal nas suas diamantinas caracteristicas de Nação independente, com um sentido historico definido, o qual tendo realisado a sua missão no seu «Passado», ele ainda não perdeu a sua razão de ser na Era Nova que se levanta, cumprindo ainda os seus imprescriptiveis e historicos destinos.

Antes, porém, de passar ao segundo motivo que me leva a endereçar-me a V. permita-me que sintetise o meu reconhecimento pela honra que tive em poder opinar sobre o meu modesto opusculo «O Ideal Portuguêz» bem como a suavel e penhorante carta com que então, tambem me distinguiu.

O segundo motivo a que aludi é, depois de ponderado e refletido estudo, na pessoa ilustre de V. ,como um dos distintos membros da Junta Central Integralista, formular a minha adesão e solicitar o meu alistamento no Integralismo Lusitano, como sendo a corrente nacional que scientificamente defende e procure vitalisar em todos os seus aspectos—religiosos, sociais e politicos—a estructura tradicional da Nação Portuguêsa, caracterisada por uma vocação, Raça e Genio definido comprovados pela experiencia de oito seculos de gloriosissima historia.

Disciplinado o meu espirito pelas sciencias mathematicas e fisico-naturais que cursei na antiga Academia Politecnica do Porto, não me contentava com aparencias, procurando sempre as causas e as leis produtoras dos factos que vejo e dos fenomenos que vêem eles digam respeito ao mundo cosmico, quer se relacionem com o social e politico.

Estudando, sob este ultimo prisma, a «Historia» e tendo-me tambem aplicado á «Filosofia», nomeadamente á «Escolastica», cheguei a duas raciocinadas e inabalaveis conclusões—uma, «de ordem religiosa», a outra, «de ordem social e politica».

A primeira mostrou-me a necessidade da «Religião Catolica», da qual a «Igreja», de «instituição divina», como a mesma «Historia» e a mesma «Filosofia» assinalam, é depositaria, interprete e apostolar—a segunda, que os «Povos», constituidos em «Nação», tinham de se organisar sob «Instituições monarquicas», como aliás se póde deduzir da opinião do grande pensador da Filosofia «Historia» no-la vem, infudivelmente, atestando.

Na epoca em que havia adquirido aquelas duas conclusões encarando a situação da «Nação Portuguêsa» que nos apresentava a «Patria».

Viamos dominarem pelas suas funestissimas consequencias as três causas remotas e principais da «Revolução»—o «Protestantismo», a «Renascença» e a «Maçonaria», desfigurando e abafando os eternos principios religiosos, sociais, politicos e até, economicos, que deram imperecivel lustre e iluminaram essa epoca sublime na Historia conhecida por «Idade Media». Diriamos no pelo do onda revolucionaria que tudo ia submergindo essa nobilissima corrente nacional que se mantivera organisada desde 34, representando, nesse tempo, ele só a «Nação Portuguêsa» que nos apresentava a «Patria» na sua estructura tradicional, sustentando a legitimidade dum Principe que de direito e, efetivamente de facto personificou o sentido nacional lusitano.

Mas perdido o primeiro impulso vindo do calôr das luctas que sustentara entre o espirito nacional que incarnava e o revolucionario que ia subindo, á medida que se foram apagando as suas altas individualidades, dentre as quais se erguem os nobres e preciaros perfis dos Condes de Almada e dos Pereira da Cunha, desfeita, emfim, essa brilhante pleiade dos splendidos «Homens da Nação», a sua influencia começou a estagnar-se e o ambito da sua acção a restringir-se, a ponto de não ter nenhuma determinante decisiva sobre o ambiente cada vez mais viciado pela «Revolução» que realisava a sua expressão na «democracia monarquica e republicana» que, mutuamente, se completavam, concorrendo ambas para dissolver religiosa, moral e politicamente o «Povo Lusitano».

Da triplice unidade que os «Povos» em geral atingiram no periodo medio, pela babilissima acção, humanamente inexplicavel, da «Igreja», duas—a religiosa e politica»—quebraram-se pela sucessiva influencia corrosiva do «Protestantismo» e dum dos efeitos da «Renascença»—o «Cesarismo», que viciou «a organisação das monarquias medievais», permanecendo unicamente intacta «a unidade moral», nos reconditos da «alma cristã dos Povos».

Assim, por virtude deste mesmo inalterado fundo, começou a dar-se uma «firme reacção» que sob uma de suas modalidades, se manifestava em Portugal no inicio do presente seculo, já no regimen da «democracia-monarquica», já na «democracia republicana», pelo sucessivo e respectiva constituição do «Partido Nacionalista» e pela actual construcção do «Centro Catolico». Coherente com a minha «primeira convicção» por ela enveredei.

Nas estas correntes tinham por alvo primeiro o «universal», descrevendo um pouco o «particular», tinham e tem o que em logica se designa, um escopo ao «tema de maior extensão» é «menor compreensão».

Por isso, sem embargo de se organisarem em torno «duma das essenciaes condições» da vida «para todos e cada um dos Povos», não focavam «as outras condições» tambem necessarias, ainda que secundarias sob o ponto de vista filosofico, não focavam as que dizem respeito á manutenção da independencia nacional dos mesmos «Povos». Com os frisantes exemplos concretos das duas infelizes e martires nações, a Polonia e a Irlanda, o comprovamos.

«Uma segunda e salutar reacção» derivada ainda da «unidade moral» haver-se conservada intacta, apesar dos formidaveis ataques da «Revolução», disciplinada pela «Monarquia», se deu mais tarde pela aparição de scintilante pleiade de mocidade contemporanea francesa, espanhola, italiana e scandinava e portuguesa, já hoje consagrada com a denominação de «geração nova».

Esta está nobremente «representada, em «Portugal, pelo «Integralismo Lusitano», que sem descurar o principio «essencial», antes fundo-lhe claro relevo, da primeira «reacção» contra-revolucionaria a que aludi, se conjuga com os outros factores que garantem, no primeiro periodo, a independencia dum «Povo», constituido em «Nação», resolvendo em todos os seus aspectos o complexo problema nacional.

Tal corrente vinha satisfazer, plenamente, «a minha seguinte convicção»—restaurar as condições da Vida independente do «Povo Lusitano» por maior das «instituições tradicionaes monarquicas», sob as quaes se creou, se desenvolveu e cumpriu a «missão» que a sua historia, luminosamente, proclama.

Tais são as razões que hoje nos levam a ir enfileirar na gloriosa hoste, verdadeira «ala dos que se namoravam» da nossa «Patria», rebuscada na «Fé» de nossos maiores, integrada nas suas vetustas «instituições monarquicas e tradicionaes».

E ao terminar esta já longa missiva e cuja extensão peça a v. me releve, saúdo calorosamente essa explendida, inteligente e vigorosa falange dos «Novos que anhelam por uma «Patria» restaurada nos moldes que a sciencia social e politica nos prescrevem, assente nos granificos alicerces que o genio medieval christão estabeleceu, sob o augusto patrocinio de «Conde d'Ourem, heroe e santo», sob as simbolicas azas do Pelicano, restando é realisando os que a sua lusitanissima divisa proclama—«Pola lei e pola grei».

Aproveitando este ensejo para lhe render a minha homenagem muito sincera e a minha elevada consideração é simpatia, sou

De v. mt. at. ven. e obg.

Antonio Jorge d'Almeida Coutinho e Lemos Ferreira

Depois da vibração deste extraordinario depoimento, só nos resta acrescentar que ele fica marcando uma data nas jornadas já "gloriosas do *Integralismo*. Vem a nós o senhor Lemos Ferreira para nos esclarecer com a sua inteligencia reflectida e profunda,—com os claros dictames duma convicção tão raciocinada e documentada como a sua é. A pouco e pouco, devagar, juntam-se ao nosso pendão aqueles que pensam ainda em acordar o nosso pobre país para as virtudes da sua antiga vida tradicional. Não será inutil esse esforço, santifica-o o sangue de quantos morrem em França preparando no seu holocausto ardente o resgate proximo da Patria.

E' necessario que nós correspondamos na firmeza da nossa esperança ao apelo permanente das suas existencias sacrificadas. E'-nos dum alto estimulo o concurso do ilustre engenheiro portuense. Permitindo que lhe devolvamos, como sendo só filha da sua generosidade as palavras com que distingue o nosso redactor principal, queira o autor do *Ideal Portuguêz* receber as homenagens calorosas e incondicionaes da *Junta Central do Integralismo Lusitano* pelo seu ingresso nas nossas fileiras.

NA LIGA NAVAL

Conferencia do sr. Luís Teixeira Neves

Esta noite, pelas nove e meia, realiza uma conferencia, a segunda da série que o Integralismo Lusitano tenciona levar a efeito, o nosso prezado amigo dr. Luís Teixeira Neves.

O ilustre conferente desta noite falará sobre *Traz-os-Montes*. O sumario da conferencia é o que segue:

Introducção. Capitulo I—Fisionomia da Região. Capitulo II—Estudos de Etnografia: a) Raça; b) Lingua; c) Folclore; d) Habitação e indumentaria; e) Costumes.

Capitulo III—Economia: a) economia rural; b) industrias regionais.

Capitulo IV—Duas palavras de Historia.

Capitulo V—Estética regional: a) Ruinas, castellos e pelourinhos; b) Igrejas, cruzeiros e ermidas.

Conclusão: O espirito regionalista.

Os filhos da sombra

Agitam-se nas cavernas, na ancia de poderem lançar novamente as garras ao Erario os filhos sinistros da sombra, os quadrilhuiros negros da Democracia...

O exemplo do «14 de Maio», sobre o qual tres anos são passados é fartamente propicio a alimentar as esperanças dos tiranetes caídos. E perante as maiores desgraças e os maiores crimes não hesitam um momento desde que isso contribua para o realisar das suas esperanças.

Ruge empreada e sangrenta a besta féra da Demagogia. Pala-se em bombas incendiarias, em bombardeamentos aereos, em morticinios sem fim... E quem não ha de acreditar em tudo isto, quem lhe não ha de achar verosimilhança, se toda a gente sabe que essa horda não tem escrupulos de especie alguma, nem pode pôr ao mesmo tempo a mão no coração e no cutelo?

Todo o cuidado é pouco com tal gente. Se os tratamos com carinho parafraseiam a historia da vibora adormecida pelo aldeão. E senão, veja-se:—E agora, quando o sr. Sidonio Paes restituiu á liberdade e á terra onde nasceram os mais mais altos magnatas do regimen caído, muitos deles sob o peso de crimes gravissimos, que essa gente lhe lança esse desafio sangrento que é o plano do «complot» maçonico do Porto.

Em vez de se trazerem a publico as provas dos seus crimes—por constituirem um perigo para a republica, dizem eles!—usou-se para com essa gente das caricias mais ternas e amaveis. Em vez de se chamarem á responsabilidade os causadores da ruina de tudo isto, puzeram-se em liberdade para irem gosar as delicias das terras estrangeiras á custa do dinheiro com que se locupletaram, esvasiando o Tesouro Publico!...

E a serpente demagogica, como a vibora do conto, tentou morder de morte aquele que a acarinhou!...

Só se pode comparar á benevolencia do governo o impudor com que e as gazetas da demagogia tratam a actual situação e os seus homens! E' vêr os normandos arrogantes dalguns, em que tudo se mistura, do insulto á calunia, da ameaça á falsidade!

Fez-se uma revolução, sacrificaram-se dezenas de vidas, para que a demagogia não continuasse enlameando as terras de Portugal—e eles redobram de insolencia, como se estivessem em sua casa ou tivessem as carabinas da guarda a proteger-los!...

já eles não falariam de alto, como cidadãos no uso dos seus direitos, quando neo passam de criminosos fugidos á policia, que, ás vezes, por uma inexplicavel negligencia, fez vista grossa áqueles cujos crimes estão bem á vista, para que haja a sombra duma duvida!...

Tivesse-lhes o governo feito pagar caro todos os seus crimes contra o Tesouro e contra Portugal, e já eles não bramariam como gente honesta, porque se lhes atiraria á cara com a realidade dos factos!...

Não quer isto dizer que no nosso animo exista a menor duvida sobre a existencia e a natureza desses crimes. Mas era a Massa, a multidão que só vê o que se lhe mette pelos olhos dentro que nós todos deviamos compenetrar do que de verdade existe em tudo isto. Foi o que se não fez! E é sobre essa massa, sobre as vitimas inocentes de todas as revoluções e de todos os tumultos, que os democraticos fazem incidir a sua propaganda destruidora e negativista que tão bom resultado tem dado ás suas bolsas e que tão mal tem feito a este Portugal que o não merecia, pelas suas tradições e pela nobreza dos seus Filhos!...

—

Faz hoje trez anos que Lisboa era um mar de sangue, provocado pela mesma gente que na sombra manobra a Morte de Portugal! Mancha vergonhosa na honra do nosso exercito, rebaixado e morto pelos cinco anos de republica, o 14 de Maio é a data mais sinistra dos ultimos tempos, e a sua recordação basta para que ninguem hesite em evitar que se repita esse novo Saint-Barthelémy!...

Hoje, as circumstancias são diferentes. Existe em Portugal «um exercito», comandado por oficiaes de rija tempera como o capitão Carlos Velloso — uma das nossas glorias—aquele que tão bem soube honrar a sua farda, morrendo, á frente de 4 policias apenas toda a mole imensa de demagogos, nessa tarde memoravel de sangue e de vergonhas!

Razão temos pois para a nossa confiença na impossibilidade duma restauração demagogica—pelo menos enquanto as circumstancias não mudarem!

João Camillo Felix Correia

Dr. Teixeira Neves

Visitou-nos hoje este belo espirito, que Lisboa vae conhecer na sua conferencia sobre Tras-os-Montes.

Apresentamos ao dr. Teixeira Neves os nossos cumprimentos, antecipando-nos já nos aplausos que lhe serão dispensados pelo magnifico trabalho que nos dará com a sua conferencia.